

Saúde Mental dos Professores da Rede de Ensino Público e Gestão: uma relação possível (?)

Carla Garcia Bottega¹

Regina Pedroso²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo avaliar o papel da Gestão Pública quanto a realização de ações de promoção da saúde e prevenção ao adoecimento mental do professor. O estudo foi realizado através de revisão bibliográfica com base em artigos voltados à saúde mental e saúde do trabalhador docente, capazes de embasar a reflexão diante de uma demanda atual e essencial como o serviço público. Através desta análise, foi possível verificar a desvalorização profissional do professor de diversas formas e seu impacto na saúde mental.

Palavras Chave: saúde do trabalhador, saúde mental, professores escolares

Abstract: The purpose of this article is to evaluate the responsibility of the Public Management for the implementation of actions to promote health and prevention of mental illness of the teacher. The study was carried out through a bibliographic review based on articles aimed at mental health and health of the teaching staff, capable of supporting the reflection before a current and essential demand as the public service. Through this analysis, it was possible to verify the professional devaluation of teachers in different ways and their impact on mental health.

Keyboards: occupational health, mental health, school teachers

Introdução

A Saúde do Trabalhador é um campo da Saúde Coletiva que compreende uma rede de práticas interdisciplinares e multiprofissionais, incluindo a

¹ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social e Institucional, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

² Sanitarista, Especialista em Saúde Coletiva, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

epidemiologia, gestão, planejamento e ciências sociais. Mas por este ser um problema multicausal, sua atuação ultrapassa os limites do Sistema Único de Saúde (SUS) e deve ser realizada em conjunto com outras áreas do poder público, além da cooperação dos próprios trabalhadores, pois estes são os atores que realmente conhecem os riscos a que estão submetidos.

Por meio da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST), foram definidos os princípios, diretrizes e estratégias nas três esferas de gestão do SUS para o desenvolvimento de suas ações, que não são voltadas apenas para o tratamento das doenças geradas por questões de trabalho, mas também contemplam a Vigilância, Promoção e Prevenção em Saúde nesta área.

Ainda que a Organização Mundial de Saúde (OMS) trate como desafio para a Saúde do Trabalhador, a depressão é atualmente a principal causa de problemas de saúde e incapacidade em todo o mundo. Um ambiente de trabalho negativo deve ser combatido, pois pode levar a problemas não só de saúde física, mas também afetar a saúde mental, além de induzir ao uso abusivo de álcool e outras drogas, gerar absenteísmo e perda de produtividade (OMS, 2002). O excesso de carga horária e trabalho, a competitividade, assédio moral e sexual dentro das instituições e pressão por metas por parte dos empregadores são situações que influenciam diretamente para que profissionais e equipes inteiras adoçam. Toda esta carga dentro de um ambiente de trabalho não se difere à do professor.

Ser educador hoje dispõe de muito mais que vocação: esta é uma jornada repleta de obstáculos, desde a formação até a inserção no mercado de trabalho e seu cotidiano. O profissional docente também tem padecido de questões relacionadas à Saúde do Trabalhador, incluindo o sofrimento mental.

Mesmo tendo a OIT definido condições ideais para que os professores exerçam suas funções (OIT, 1984), vemos atualmente a educação pública como foco secundário de investimento pela Gestão Pública, mesmo diante de sua importância na sociedade. E isto pode se refletir na saúde dos docentes de inúmeras formas. Segundo pesquisa histórica realizada com quase 40 mil trabalhadores da área da educação no Brasil ao final da década de 90, foi identificado que 32% deles tinham baixo envolvimento emocional com a tarefa, 25% se diziam exaustos emocionalmente e 11% atuava de forma automática (CODO, 1999). Estes

elementos podem estar associados a doenças tanto físicas como mentais. Além do compromisso social que habita sua função, o trabalho do professor exige concentração contínua para preparação de suas atividades, dentro e fora de sala de aula, estendendo muitas vezes sua jornada de trabalho sem reconhecimento. Devido a questões econômicas, ainda existe o aumento desta sobrecarga por parte do profissional que opta em trabalhar em mais de uma escola.

Neste sentido, o papel de intervenção da Gestão Pública é crucial, pois tem como função principal permitir a expressão de valores que não são apenas instrumentais, mas políticos. A Gestão Pública não se limita apenas aos meios, mas incorpora também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa, tendo como guia os valores sociais e facilitando a expressão de vontades, fazendo esta mediação a fim de conduzir suas ações (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013).

Diante deste panorama, este artigo tem como objetivo avaliar o papel da Gestão Pública na realização de ações de promoção da saúde e prevenção ao adoecimento mental do professor da rede de ensino público.

Metodologia

Este artigo foi baseado num estudo qualitativo, descritivo, exploratório e de revisão bibliográfica de publicações voltadas ao tema de Saúde Mental de professores da Rede Pública de Ensino, da Educação básica desde o ensino Fundamental ao Médio e sua relação com a Gestão. Este método foi escolhido devido a ligação do tema com a subjetividade envolvida na discussão, a qual é relacionada a fatores psicológicos e relações interpessoais existentes no ambiente de trabalho dos docentes.

Para Fonseca (2002), este modo de pesquisa é feito a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas, seja por meio escrito ou eletrônico, permitindo ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre determinado assunto.

Os dados provenientes desta busca foram tratados por meio de procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Segundo Bardin (2004), esta análise compreende três fases. Primeiramente, foi realizada uma pré-análise para que fosse possível organizar as ideias iniciais extraídas de tais documentos. Na segunda etapa

houve a exploração do material, e na terceira e última etapa, foi realizado o tratamento destes dados e sua interpretação após a categorização dos temas mais abordados e significativos encontrados nestes artigos, que, por fim, nortearão a discussão sobre o assunto. Os temas definidos para aprofundamento da discussão foram destacados conforme maior recorrência entre os assuntos pertinentes à temática. Os tópicos destacados foram os seguintes: Saúde mental e ocupacional do profissional docente e Psicodinâmica do Trabalho e Adoecimento no Setor Educação. Os 9 artigos selecionados durante a pesquisa tem como foco a saúde mental do trabalhador docente. A pesquisa de tais documentos foi realizada no repositório digital de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) em agosto de 2018, onde foram selecionados apenas artigos de língua portuguesa, publicados no período de 2012 a 2018.

Saúde Mental e Ocupacional do Profissional Docente

Para Silva (2017), condições de trabalho docente são as circunstâncias em que o trabalho é realizado, constituídas historicamente e constantemente alteradas. Estas modificações estão ligadas ao conjunto de meios disponíveis para a realização de suas atividades (condições físicas e organizacionais), e as relações de trabalho as quais estão submetidos (plano de carreira, meios de contratação, remuneração).

O conceito de ambiente saudável inclui múltiplos fatores, que vão de ambientes físicos relacionados à infraestrutura predial, até os relacionados à saúde, como os psicossociais. Ambiente e saúde são interdependentes e inseparáveis, por isso a necessidade do estabelecimento de programas multi e interdisciplinares que incentivem a construção de ambientes capazes de constituir uma ferramenta para otimização dos resultados em um processo de melhoria da qualidade de vida (ANDRADE; CARDOSO, 2012).

Atualmente, condições como a desvalorização profissional, as salas de aulas lotadas, o ruído em excesso, a precariedade dos recursos materiais, a falta de tempo para lazer e as exigências sociais ligadas a atividade educacional, trazem consequências diretas para os professores do ensino público. Também cabe

destacar a influência da relação entre gestão e docente diante do sistema burocrático imposto (SILVA, 2017).

Conforme Guerreiro et al (2016), os professores costumam realizar tarefas profissionais além da sala de aula, tais como correção de provas, preparo de aulas, estudo contínuo e demais atividades que na maioria das vezes precisam ser finalizadas no domicílio. Quando as condições de trabalho são precárias e o volume de atividades excessivo, é possível que a eficiência do professor seja comprometida, podendo causar efeitos perversos à saúde. Este cenário acaba exigindo dos professores um sobre-esforço de suas funções psicofisiológicas. A quantidade de tarefas executadas, denominada carga de trabalho, representa demandas psicobiológicas do processo de trabalho que levam ao seu desgaste (GUERREIRO et al, 2016). Tal processo ocorre com tanta frequência que corre o risco de se banalizar, perdendo-se a real importância no contexto educacional, havendo a necessidade imediata dos professores desenvolverem um cuidado de si frente as inúmeras e desgastantes tarefas que assumem em relação aos outros (RIBEIRO et al, 2012). Para tentar driblar esta realidade, os professores criam estratégias e saídas para conviver com as dificuldades cotidianas de trabalho.

Dentre outros motivos citados para o afastamento do professor do seu trabalho por questões ligadas à saúde mental, são mencionadas principalmente experiências de violência no ambiente escolar, falta de apoio da equipe gestora e colegas, longas jornadas de trabalho e excesso de demandas, falta de autonomia na produção pedagógica, frustração com o sistema educacional e problemas de relacionamento com alunos e pais (MACAIA, 2013).

Tanto a saúde quanto a educação pública foram profundamente afetadas pelas mudanças políticas dos anos 1990, e o resultado disso foi o sucateamento das instituições de ensino público, a insuficiência de recursos tecnológicos e estruturas físicas adequadas, além de um alto índice de alunos por sala de aula e desvalorização social e financeira da categoria. Como consequência, os professores se depararam com ambientes problemáticos que exigem um grande esforço, tanto físico quanto mental, trazendo repercussões negativas que comprometem a sua qualidade de vida (GUERREIRO, 2016).

A partir da reflexão de Meira et al (2014), observa-se que as implementações na organização do trabalho, alterações do sistema de ensino e inovação nas suas práticas, têm gerado diversas transformações no cotidiano do professor. Essas mudanças repercutem no aumento da sua carga de trabalho, limitando seu tempo para atividades de lazer e cuidados com a saúde. Como suas atividades costumam englobar esforço físico, cognitivo e afetivo, os fatores citados têm contribuído para o surgimento de doenças e insatisfações, repercutindo através de sintomas como ansiedade, depressão e exaustão emocional.

Os transtornos de saúde mental relacionados ao trabalho docente têm gerado inúmeras consequências como a queda de produtividade, aumento de doenças e afastamento do trabalho, acidentes, alta rotatividade de profissionais, redução da capacidade funcional, exclusão social e estigmatização. Para isso, é necessário pensar o retorno dos profissionais afastados à sala de aula através de políticas adequadas, pois foi comprovado que o retorno do professor ao mesmo ambiente demonstrou piora em sua sintomatologia (MACAIA, 2013). Ainda segundo Macaia (2013), ao retornar para o ambiente de trabalho após afastamento, sendo readaptado em suas funções fora da sala de aula, este não se reconhece como inserido em seu coletivo profissional, necessitando da aceitação também de seus pares. Este quadro, quando persistente, cria novamente o surgimento das mesmas psicopatologias. Por isso a importância de debater este assunto dentro das escolas, para que todos os profissionais estejam preparados para receber a demanda de retorno e readaptação ao trabalho de colegas após licença-saúde.

O medo de represálias vinda de pais, alunos e gestão também acaba gerando resignação por parte dos professores, sendo um mecanismo de defesa que pode conduzir a um estresse derivado de violência moral. Esta situação se torna mais preocupante quando os próprios colegas de trabalho se tornam fiscalizadores, banalizando a doença e incentivando o individualismo, conseqüentemente enfraquecendo o apoio coletivo. Podemos citar também como resultado de tal ambiente as “patologias da solidão”, onde a busca por ajuda só ocorre em estágio avançado de adoecimento (FREIRE, 2014).

Os resultados do estudo de Batista, Carlotto e Moreira (2013), mostram que a depressão é responsável por praticamente metade das causas de afastamento do

trabalho entre os profissionais do ensino fundamental. Diante dessa realidade, faz-se necessário um olhar diferenciado voltado à categoria por parte dos gestores com relação à saúde do trabalhador docente, principalmente no que se refere à saúde mental. Sabe-se que profissionais que sofrem de episódios depressivos e que permanecem atuando, podem comprometer sua relação com os alunos, gestores e com a própria instituição de ensino. Porém, afastar o professor da sala de aula por conta do adoecimento denuncia que algo não está funcionando bem, pois se a causa da mesma for o próprio trabalho, existe a necessidade de investigar e compreender os processos de trabalho e criar mudanças capazes de evitar estes transtornos (BATISTA; CARLOTTO; MOREIRA, 2013).

Psicodinâmica do Trabalho e Adoecimento no Setor Educação

Segundo Dejours (2004) a Psicodinâmica do Trabalho tem como foco principal o estudo relacionado ao sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores para que seja possível transformar este sentimento negativo em fonte de prazer, na manutenção da normalidade. Esta teoria rompe com modelos médicos clássicos, adotando uma perspectiva de causalidade a fim de compreender a relação entre sujeito e adoecimento mental decorrente do trabalho, analisando a dinâmica do profissional e sua subjetividade (FREIRE, 2014). As condições de saúde dos docentes da educação básica são pouco abordadas nos estudos atuais em comparação com outras categorias, mas estes tem revelado um elevado índice de adoecimento e defendido a necessidade imediata de políticas públicas voltadas a intervenção em sua saúde.

Freire (2014) ainda afirma que, diante de tais condições o trabalhador utiliza a chamada “Inteligência Prática”, tendo como objetivo criar soluções através de seus saberes e criatividade, para que seja possível dar conta de situações inesperadas diante dos diversos sentimentos que venham a prejudicar na realização de suas atividades.

Para Ribeiro et al (2012) existe nos ambientes de trabalho conflituosos uma luta constante contra as diversas agressões, o que requer a habilidade de negociação do indivíduo e um ajuste constante entre desejos e possibilidades.

Entretanto, quando o espaço de negociação fica bloqueado, este sofrimento se acentua. Essas negociações são baseadas na singularidade de cada um, na estrutura mental e na subjetividade, impossibilitando mudanças no ambiente externo. Nessa perspectiva psicodinâmica, a saúde mental no trabalho é compreendida como algo dinâmico, sendo notório que o professor vivencie essas lutas constantemente na busca do equilíbrio físico/psíquico.

A escola é uma instituição que atua como propulsora ou inibidora do crescimento psíquico, físico, intelectual e social de alunos e professores, numa troca constante de saberes. Para que esses processos aconteçam de forma satisfatória é de extrema importância que a instituição promova uma reflexão contínua sobre essa relação. Nesse sentido, o professor assume um papel educativo e social relevante, mas apesar dessa importância, há uma contradição caracterizada pelo cenário atual da educação (RIBEIRO et al, 2012).

De acordo com Andrade e Cardoso (2012) a doença não costuma ser bem-vista no trabalho, seja pelos colegas ou gestores, pois seus valores são construídos principalmente sob o foco da produtividade. Sendo assim, estar doente significa comprometer os resultados e a imagem da empresa diante do empregador e dos colegas. O estresse ocupacional pode ser entendido como o resultado de relações complexas relacionadas ao trabalho, condições externas e características pessoais, nas quais a demanda das atividades excede suas habilidades para enfrentá-las. A pessoa passa a perceber seu ambiente de trabalho como ameaçador, quando sua necessidade de realização pessoal e profissional, e/ou saúde física ou mental, prejudicam sua interação com o trabalho. Neste contexto, ocorre um desgaste anormal e/ou uma diminuição da capacidade para o trabalho.

A escola também sofreu a com a estruturação da sociedade industrial moderna, cobrando dos professores produtividade e eficiência empresarial. Neste contexto, o docente passou a preocupar-se não só com suas funções, mas também com questões baseadas na civilização industrial, passando a ter além dessa sobrecarga, um tempo reduzido para a sua qualificação, comprometendo seu desenvolvimento e realização profissional. Diante disso, fica evidente que na atuação do trabalho do docente existem diversos fatores que podem levar à Síndrome de Burnout (ANDRADE; CARDOSO, 2012).

O “mal-estar docente” também é um fenômeno social do mundo ocidental que descreve os efeitos de caráter negativo que afetam o professor, onde eles passam a manifestar sentimentos como angústia, alienação, ansiedade, desmotivação, exaustão e desinteresse diante do seu trabalho. Este processo pode levar o professor tanto ao absenteísmo (afastamento justificado do trabalho) quanto ao presenteísmo (presença do indivíduo no trabalho apesar de estar doente), afetando tanto o profissional quanto o coletivo (SILVA, 2017). Este fenômeno pode culminar ainda no surgimento da Síndrome de Burnout.

O impacto dos fatores estressantes sobre profissões que requerem condições de trabalho com grau elevado de relação com o público, como a do professor, tem sido estudado com a denominação de Síndrome de Burnout. Esta é uma síndrome de exaustão emocional e de atitudes negativas dos profissionais em relação aos sentimentos dos indivíduos para os quais dirigem o seu trabalho. Acredita-se que a capacidade de um indivíduo para controlar situações estressantes pode ter profundos efeitos sobre suas funções vitais. Com o estresse em excesso, os indivíduos podem apresentar sintomas e sinais evidentes de quaisquer doenças. Porém, os sinais podem ser claros para um observador experiente, sendo detectados por meio de pesquisas organizacionais ou por um bom profissional do trabalho. Constatando estes fatores, programas podem ser desenvolvidos a fim de reduzir os estressores prejudiciais aos funcionários e à organização (BRUM, 2012).

Segundo pesquisa realizada por Leite (2007) na Região Centro-Oeste do Brasil, a qual afirma que de cada 100 professores da rede pública, 15 sofriam da Síndrome de Burnout, tais docentes relatam um sentimento de baixa realização profissional, esgotamento emocional e distanciamento dos alunos. Estudo realizado por Igarashi e Fernandes (2018) em uma escola pública, ainda acrescenta dados, indicando que 57% dos professores entrevistados mostravam um risco moderado de burnout/sintomas de estresse, requerendo atenção e 14% obtiveram através do instrumento aplicado o resultado de alto risco de desenvolver a síndrome, havendo recomendação na busca de auxílio para superação do estresse profissional. O percentual registrado condiz com o número de afastamentos de docentes do Estado analisado. Dentre as variáveis de estresse mais citadas estão a “sensação de

cansaço ao despertar”, “irritação com o barulho”, “ansiedade e inquietação” e “insegurança ao tomar decisões” (IGARASHI; FERNANDES, 2018).

Mas para Andrade e Cardoso (2012) o profissional que dispõe de tempo para o lazer, torna-se menos vulnerável à esta síndrome. O lazer promove satisfação e bem-estar e propicia divertimento, além de agir como fator positivo para o desenvolvimento pessoal e social. No entanto, é preciso considerar tanto o tempo livre destes profissionais quanto seu poder aquisitivo, pois muitos docentes ganham pouco e suas jornadas de trabalho são intensas e exaustivas, não havendo a possibilidade de realizar atividades deste tipo.

Trabalhos científicos identificam que o surgimento da Síndrome de Burnout em professores deriva não a partir do indivíduo, mas a partir de fatores do ambiente social e laboral. Esses fatores são divididos em três níveis: micro, meso e macrosociais. Os fatores microssociais estão inseridos na sua atividade profissional. Os fatores intermediários envolvem as ações institucionais, aspectos éticos e culturais do professor e dos alunos, e os macrosociais são as forças derivadas das políticas governamentais, podendo ser entendida como uma concepção de escola como empresa enquanto prestadora de serviços (ANDRADE; CARDOSO, 2012).

Considerações Finais

Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a saúde mental e física são dois elementos entrelaçados e profundamente interdependentes, presentes no mundo inteiro. Por isso, outros setores além do da saúde, tais como educação, direito, trabalho, assistência e previdência social, bem como de organizações não-governamentais e comunidade, devem participar na melhoria da saúde mental dos sujeitos.

Durante a pesquisa foi possível verificar a existência de limitações referente a publicações voltadas à saúde mental de professores da educação básica. Porém, durante a leitura dos materiais selecionados para este estudo, identificamos a repetição das demandas destes profissionais capazes de influenciar na saúde física e mental, tais como: jornada de trabalho exaustiva, sobrecarga de trabalho, falta de

valorização profissional, remuneração não correspondente à carga horária, resolução de atividades escolares extra muros, dificuldade de comunicação entre colegas, gestão, pais e alunos e inclusive relatos de violência. Mas isso não significa que o docente não ama sua profissão, realizando-a da melhor maneira possível, mesmo diante das inúmeras adversidades existentes. Entende-se que um dos motivos da frustração dos docentes da educação pública seja não poder oferecer um trabalho de qualidade, devido à precariedade das estruturas educacionais. Este sentimento é capaz de influenciar no surgimento de sintomas e no próprio adoecimento do profissional.

Conforme os estudos, os afastamentos de professores relacionados à saúde mental ocorrem constantemente e por longos períodos, de maneira recorrente e pelos mesmos motivos. Seu retorno ao trabalho provoca piora dos sintomas, sugerindo que sua volta à escola acontece em condições semelhantes às que influenciaram o afastamento. Por isso sugerimos políticas adequadas para o momento de regresso do professor ao seu cotidiano após licença-saúde, devido à dificuldade que as instituições de ensino encontram em elaborar atividades capazes de auxiliar na sua reabilitação ou readaptação, tornando o retorno deste docente ao trabalho desanimador.

A busca de melhores condições na vida do trabalhador do ensino público também parte da necessidade de compreender as relações de trabalho que envolvem fatores estruturais e psicológicos e aprofundar o conhecimento a partir da percepção dele mesmo, para que possamos incentivar a criação e execução de políticas apropriadas. Foi possível verificar através das leituras que a maior parte dos impactos na saúde do professor são advindos da intensa carga de trabalho, de determinantes ambientais e organizacionais.

Diante deste estudo e sua reflexão, podemos dizer que é emergente a intervenção do Estado contemporâneo, realizada por meio da Gestão Pública, gerando estímulo para a incorporação de novas práticas ao setor público voltado à educação, proporcionando condições que atendam à demanda dos professores e da sociedade, devido à sua importância e relevância permanente. Neste sentido, os desafios impostos à Gestão, além da escuta e elaboração de propostas voltadas ao tema, são de administrar os recursos a estes processos em saúde, criando

instrumentos capazes de induzir e fortalecer os coletivos de trabalho no cotidiano dos serviços. Faz-se necessária ainda, com urgência, a discussão e efetivação de planos para melhoria da remuneração dos docentes em diversos Estados do país, pois esta é uma solicitação da categoria que vem sendo abordada há anos, e que não têm sido considerada.

Para tanto, existem mecanismos que podem ser utilizados pelo governo a fim de promover tais mudanças, como o processo orçamentário, o sistema de gestão de pessoal, o papel do Estado e sua transparência. O esforço para melhorar tal desempenho passa pela construção e qualificação de equipes de trabalho comprometidas com a missão do Estado em oferecer bem-estar e serviços de qualidade para a população, concomitante com a geração de estímulos ao desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, P. S. de; CARDOSO, T. A. de O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100013>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2004.

BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S.; MOREIRA, M. S. Depressão como causa de afastamento do trabalho: um estudo com professores do ensino fundamental. **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11551/9644>>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017. Atualiza o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica para o exercício de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79701-portaria-28-12-2017-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Resolução n. 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e

Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mai. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 ago. 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>.

BRUM, L. M. *et al.* Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 125-145, mar./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v10n1/v10n1a08.pdf>>.

CÂNDIDO, J.; SOUZA, L. R. de. Síndrome de Burnout: as novas formas de trabalho que adoecem. Paraná, 2016. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1054.pdf>>.

CARNEIRO, R., MENICUCCI, T.M.G. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. ISBN 978-85-8110-015-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>>.

CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

CPERS - SINDICATO. Porto Alegre: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://cpers.com.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

DEJOURS, C. Da Psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho. Fundação Oswaldo Cruz: Brasília, 2004.

FISCHER, F. M.; MACAIA, A. A. S. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, jul./set., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000300841&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

FONSECA. J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Lorena de Sales Mercucci. **As vivências de sofrimento de docentes do Tocantins**: pistas para ações de vigilância em saúde do trabalhador. Dissertação de Mestrado, Modalidade Profissional em Saúde Pública – Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Rio de Janeiro, 2014.

GUERREIRO, N. P. *et al.* Perfil Sociodemográfico: condições e cargas de trabalho de professores da rede estadual de ensino de um município da Região Sul do Brasil. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro v.14, supl. 1, nov. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000400197>.

IGARASHI, D. C. C.; FERNANDES, F.R.V. Gestão do conhecimento e qualidade de vida no trabalho: estudo exploratório com professores de uma escola pública paranaense. **Revista Ciências do Trabalho**. n 10, abril/2018. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/122/pdf>>.

LEITE, N. M. B. **Síndrome de Burnout e relações sociais no trabalho**: um estudo com professores da educação básica. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LIMA, A. F. T.; COÊLHO, V. M. da S.; CEBALLOS, A. G. da C. Violência na escola e transtornos mentais comuns em professores. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 18, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602017000300005&lang=pt>.

LIMA, J. do C.; NUNES, T. C. M.; PIRES, R. V. O trabalho docente: um estudo da psicodinâmica do trabalho em Colégio Estadual. In: XX SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, Goiás, 2017. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1815.pdf>>.

MACAIA, Amanda Aparecida Silva. **Excluídos no trabalho?** Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção de título de Doutor em Ciências – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

MEIRA, T. R. M. *et al.* Percepções de professores sobre trabalho docente e repercussões sobre sua saúde. **Revista Brasileira de Promoção em Saúde**, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 276-282, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2595/pdf>>.

MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. (Orgs). **Atenção à saúde mental do trabalhador**: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

OLIVEIRA, L. F. **Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em professores**. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.sat.ufba.br/site/db/dissertacoes/2282013114727.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores**. Genebra: UNESCO, 1984. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001604/160495por.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial da Saúde**. Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança. Lisboa: WHO, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf>.

REIS, Eduardo J. F. B. dos, *et al.* Docência e Exaustão Emocional. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 229-253, 2006.

RIBEIRO, S. F. R. *et al.* Intervenção em uma escola estadual de ensino fundamental: ênfase na saúde mental do professor. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, vol.12, n. 3-4, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200017>.

SILVA, Viviane Lima da. **Condições de trabalho, presenteísmo e absenteísmo em professores da rede pública**. 2017. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19072017-154953/pt-br.php>>.